



**SENADO FEDERAL**  
**GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO**

**PARECER Nº , DE 2010**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, ao Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2010 (nº 6.078, de 2009, na origem), do Poder Executivo, *que acresce e altera dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, e altera a Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.*

**RELATOR: Senador AUGUSTO BOTELHO**

**I – RELATÓRIO**

Em exame nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 91, de 2010 (nº 6.078, de 2009, na origem).

O projeto, de iniciativa do Presidente da República, disciplina a convocação, após a conclusão dos respectivos cursos de graduação, de



**SENADO FEDERAL**  
**GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO**

médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários que não tenham prestado o Serviço Militar obrigatório.

Para tanto, o PLC altera dispositivos das Leis nºs 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, e 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e por médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários. A essência do PLC reside nas modificações dos arts. 17 e 4º das duas normas em relevo, respectivamente. Todo o resto envolve, basicamente, alterações necessárias para fins de correção das remissões aos dispositivos modificados.

Na exposição de motivos que acompanha a proposição, o Ministro da Defesa destaca a falta de clareza, que às vezes se confunde com a ausência de amparo legal, a respeito da convocação desses profissionais. Tal situação, acrescenta, tem dado azo a interpretações desfavoráveis às Forças Armadas nos processos convocatórios e, com isso, dificultado o recrutamento de pessoal especializado na área da saúde para atendimento de localidades remotas ou de difícil acesso.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, por último, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, à qual caberá a decisão terminativa sobre a matéria.

Por oportuno, cabe destacar que a proposição foi aprovada pela CCJ, sem alterações, em reunião ordinária do colegiado realizada no dia 7 de julho de 2010.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

A competência da CE para opinar sobre a matéria objeto do PLC nº 91, de 2010, está consubstanciada no art. 102 do Regimento Interno do



**SENADO FEDERAL**  
**GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO**

Senado Federal. De acordo com esse dispositivo, esta Comissão é legitimada a apreciar proposições que versem sobre, entre outros assuntos, instituições educativas e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Atemo-nos, na presente análise, especificamente à convocação (dos profissionais de que trata o projeto) para a prestação do **serviço militar obrigatório**. Trata-se de instituto previsto no art. 143 da Carta Magna, de interface inevitável com o acesso à educação, que figura como direito do cidadão brasileiro no art. 208 da mesma norma. A precedência de um sobre o outro deveria, a nosso juízo, seguir um critério de oportunidade que não está previsto em lei, pelo menos de maneira explícita.

Pelo que entendemos do projeto, quando a escolarização dos jovens envolve a formação superior na área de saúde, as Forças Armadas têm, historicamente, adiado a convocação dos estudantes até que tenham concluído os respectivos cursos. Essa solução nos parece razoável por, pelo menos, dois motivos. Primeiro, porque a medida preserva um direito à educação em andamento. Segundo, porque as Forças Armadas ampliam possibilidades de recrutamento de profissionais do segmento para seus quadros.

Ocorre que esse entendimento, de mérito indiscutível porque conciliatório e assegurador de direitos e deveres, tem sido reiteradamente questionado na via judicial. Pior que isso, as decisões a respeito da convocação pós-formatura têm variado ao sabor da visão de mundo dos magistrados, criando precedentes para todos os gostos.

Dessa maneira, uma vez transformada em lei, a medida elidiria qualquer margem para questionamento da convocação de estudantes após a formação universitária. Com isso, inibir-se-iam ações judiciais que intentem desobrigar médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários da prestação do serviço militar. No mais, como bem pondera o Ministro da Defesa, o novo ordenamento seria propício à realização de ações subsidiárias na área de assistência à saúde, muitas vezes a única possível em comunidades inóspitas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, especialmente.

Finalmente, tendo em conta as recomendações de técnica legislativa e de respeito à norma culta de nossa língua, arrolamos algumas



**SENADO FEDERAL**  
**GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO**

observações que, se consideradas à ocasião da redação final, podem contribuir para o aprimoramento da proposição.

A nosso juízo, a ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2010, poderia ser simplificada com o uso de verbo único, mais abrangente, conforme segue: ***altera** as Leis nºs 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe (...) e 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe (...) sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários.*

Em relação à técnica legislativa, o novo texto proposto para o art. 1º da Lei nº 5.292, de 1967, preserva equívoco carreado à lei em sua primeira versão. O *caput* do dispositivo trata da prestação do serviço militar em duas situações (**tempo de paz** e de **mobilização**), separando-as por um ponto. Essa opção de redação não se coaduna com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, já que o citado art. 1º está sofrendo adequação de mérito (com o acréscimo de cursos de pós-graduação), entendemos que seria possível, sem qualquer prejuízo ao texto original e à modificação proposta pelo Executivo e acolhida pela douta Câmara, seguir as prescrições da LC nº 95, de 1998. Para tanto, por meio de mera emenda de redação, poder-se-ia manter a primeira parte da redação dada ao artigo, abrindo-se novo dispositivo (§ 1º) para abrigar as condições para a prestação do serviço militar na situação de **mobilização**. Com a mudança, os atuais §§ 1º e 2º seriam renomeados como §§ 2º e 3º, respectivamente, e a nova redação assumiria a forma da emenda sugerida *in fine*.

De qualquer modo, independentemente de serem ou não adotadas as modificações sugeridas, o projeto manterá seu mérito e seu potencial de eficácia.

### **III – VOTO**



**SENADO FEDERAL**  
**GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO**

Diante do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2010, com as seguintes emendas de redação:

**EMENDA Nº – CE (de redação)**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2010, a seguinte redação:

Altera as Leis nºs 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar, e 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

**EMENDA Nº – CE (de redação)**

Dê-se ao art. 1º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, nos termos do art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2010, a seguinte redação:

**Art. 1º** Em tempo de paz, o Serviço Militar prestado nas Forças Armadas – Marinha, Exército e Aeronáutica – pelos brasileiros regularmente matriculados em instituições de ensino, oficiais ou reconhecidas, destinadas à formação, residência médica ou pós-graduação de médicos, farmacêuticos, dentistas ou veterinários (IEMFDV), ou diplomados pelos referidos estabelecimentos, obedecerá às prescrições desta Lei e sua regulamentação.

§ 1º Na mobilização, o Serviço Militar prestado pelos brasileiros referidos no *caput* deste artigo compreenderá todos os encargos de defesa nacional determinados por legislação especial.



**SENADO FEDERAL**  
**GABINETE DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO**

§ 2º Os brasileiros que venham a ser diplomados por Institutos de Ensino (IE) congêneres, de país estrangeiro, ficarão sujeitos ao disposto neste artigo, desde que os diplomas sejam reconhecidos pelo Governo brasileiro.

§ 3º As mulheres diplomadas pelos IE citados ficam isentas do Serviço Militar em tempo de paz e, de acordo com as suas aptidões e especialidades, sujeitas aos encargos do interesse da mobilização.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator